



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e seis, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. Instalada a sessão, deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes, e passou-se às comunicações da Presidência. Sobre a questão da ação civil pública questionando os requisitos da inscrição do concurso em relação a prática jurídica, informou o acordo pactuado e submetido ao Juízo, para homologação. Informou que tão logo seja homologado, será dada uma nota oficial, comunicando o novo prazo de inscrição, com datas previstas para 05 de novembro e 17 de dezembro. Quanto à questão da FUNDEPE, informou que houve a sustentação da legalidade do fundo junto a Secretaria da Fazenda, porém, não foi possível contato direto com o Secretário até o momento. Informou que o bloqueio do Fundo prevalece, orientados pela PGE. Foi feita uma sugestão da criação de uma conta vinculada, que permitiria a movimentação do fundo. Tal sugestão seria uma solicitação emergencial, que não satisfaz a qualquer das partes. Foi também protocolada uma representação, preparando, até, se o caso, propor ação judicial. Noticiou a ação de reintegração de posse junto as comunidades de Jd. Cocaia, Vila Mirna, Jd. Zilda, e Novo Horizonte e que reforça a necessidade da criação do núcleo da habitação e urbanismo. Quanto à questão do observatório da justiça, informou que foi ressaltado que o órgão é internacional e não foi idéia deste Presidente. A sociedade civil deve se organizar para questionar todo o sistema de justiça, exigindo mais qualidade do serviço. Registrou-se, poeticamente, o nascimento do filho do nosso querido colega Vitore, companheiro de luta, que renova as esperanças de um mundo melhor, junto com os filhos do Antonio, Willian, e Davi. Não havendo mais comunicação da Presidência, passou-se ao momento aberto. A Presidente abriu a palavra aos inscritos. Dr. Rafael Muneratti reafirmou a posição contrária da APADEP de gratificação aos Conselheiros. Disse ainda, sobre a importância da colocação de um Defensor permanente em Brasília, para fazer um trabalho institucional contínuo, capaz de criar uma identificação institucional. Disse que o Presidente da Apadep gostaria que a Instituição pensasse sobre o seu afastamento, o que deve ser feito da assembléia a ser realizada hoje. Sobre a questão remuneratória, informou que foi decidida realização de uma audiência pública com a Sociedade Civil na Assembléia Legislativa, para dar início ao movimento pela valorização da Defensoria Pública. Passou-se a manifestação dos Conselheiros. O Presidente abriu a palavra. O Conselheiro Noadir manifestou seu contentamento em ter a presença do Dr. Renato como Presidente. Foi exposta a sua preocupação com relação a atitude da OAB diante do acordo feito na ação civil pública. Disse que a gratificação aos Conselheiros se justifica, pela sobrecarga de trabalho. Disse que sempre foi a favor de que fosse designado imediatamente um Defensor para Brasília, e que cedeu à argumentação do rodízio apenas por conta do recesso. Disse que, pesarosamente, resta obrigado a comunicar que esta sendo processado no Tribunal de Ética da OAB, e que, apesar de ter se retratado, não houve compreensão da advogada que



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

fez a representação. O Conselheiro Willian manifestou seu contentamento com a presença do Dr. Renato como Presidente. Noticiou a contratação da primeira funcionaria. Informou que é um grande passo para a Ouvidoria e da Defensoria para que este se abra a Sociedade Civil. O Movimento pela Defensoria Publica deve continuar e avançar. O Conselheiro Carlos Weis manifestou seu contentamento com a presença do Renato como Presidente. Disse que se sente agredido, e que vai colocar na Assembléia na APADEP uma solução que contemple uma condição de força sobre o acordo com a FUNAP. O Conselheiro Wagner cumprimentou o Dr. Renato e Dr. Antonio. Disse que sente-se obrigado a dizer que, apesar de concordar com a inadequação da representação na OAB contra o Conselheiro Noadir, disse que existem muitos bons advogados na FUNAP. O pleito da ASAF não é legal, mas existem profissionais dignos na FUNAP. Disse que é possível a suspensão de segurança das liminares pela reserva de vagas. O Conselheiro Victor Hugo manifestou sua felicidade com a postura da Defensoria Publica, diante das dificuldades. Prestou solidariedade ao Noadir e ressaltou o indevido o uso político, ultrapassando os limites do razoável. Conselheiro Antonio, substituindo o Conselheiro Vitore. O Conselheiro Carlos Loureiro solidarizou-se com o Noadir. Informou, sobre a ACP (terceira proposta pela DPESP) que tem contornos diferentes por tratar da moradia e que aguarda a criação do núcleo da moradia e do consumidor. Encaminhou Moção ao CNJ por repudio a transferência pela Justiça Estadual, sem qualquer critério, para a Justiça do Trabalho. O Conselheiro Roque manifestou-se com relação a celeuma com a questão da gratificação. Informou que se preocupa com a estrutura das carreiras de apoio, para que Defensoria seja uma carreira forte. Prestou solidariedade ao colega Noadir. Alertou para que a questão da ação civil pública seja resolvida com a participação. A Conselheira Franciane destacou a necessidade de ter um funcionário para o Conselho, que cuide da Secretaria, e outro para servir como consultor administrativo e financeiro. Prestou solidariedade ao Noadir. Informou que a participação da sociedade civil é bem vinda e precisa estar sendo sempre desenvolvida. O Conselheiro Pedro prestou solidariedade ao Noadir. Registrou que a Assembléia da APADEP vem em boa hora e que precisa a entidade precisa ser parceira nas soluções das questões institucionais. Comunicou que teve duas reuniões no CONDEPE e que seria interessante um estreitamento da relação da Defensoria. Por fim, com relação a questão da gratificação dos Conselheiros, informou que refletiu muito e, apesar de estar certos com relação a sobrecarga do trabalho dos Conselheiros, fala mais alto a honra de participar do órgão político superior da Defensoria. O Presidente manifestou seu contentamento pela APADEP que se coloca diante das grandes questões institucionais. Disse que os conflitos são necessários para garantir a pureza do espírito democrático. Com relação à designação de Defensor em caráter permanente para Brasília, questionou se a solução de rodízio adotada é a melhor. Disse que talvez seja necessário discutir uma disciplina uniforme com relação a atuação dos Núcleos, disciplinando as competências do Núcleo. Quanto a campanha de valorização da Defensoria, não devemos ter vergonha de dizer que ganhamos mal e que precisamos valorizar nossa remuneração. Temos que ser firmes sobre nossa autonomia, mas temos que usar nossa razão de forma inteligente. Prestou solidariedade ao colega Noadir. Sugeriu que



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

o Conselho não deve encaminhar qualquer proposta de solução com relação à questão da FUNAP para a Assembléia. Informou que, embora a informação sobre a Ação Civil Pública não tenha passado para a Ouvidoria, pelo que a Presidência se penitencia, a Instituição preza a ouvidoria, e tal não ocorreu porque algumas soluções eram de encaminhamento urgente, e não foi possível o relato sobre tal questão. Sobre os estagiários, esclareceu que a questão é muito preocupante e que deverão fazer um estudo mais fortalecido para preservar a importante função dos estagiários na Defensoria Pública. Sobre a contratação dos funcionários para o Conselho Superior, esclareceu que a Dra. Renata está exercendo extraordinariamente a Secretaria do Conselho, tendo se desdobrado, acumulando o com seu trabalho extremamente importante na Comunicação Social, mas que é necessário um funcionário para Secretaria do Conselho. Quanto ao funcionário para servir de consultor administrativo e financeiro, temos que contar com as soluções possíveis do regimento interno, de pedir pareceres para colegas, eis que a contratação de funcionários, pelos salários oferecidos, não seriam os melhores. Quando a Defensoria executar plenamente seu orçamento, informou que esta preocupação será cuidada da melhor forma. Não havendo mais manifestação dos conselheiros, passou-se a ordem do dia. CSDP 03/2006. Deliberado a republicação do edital consolidado, com as alterações propostas no acordo, e a reserva de vagas conforme decidido no Proc. ____/2006, que tramita no Tribunal de Justiça. CSDP 16/2006. Deliberado a retificação da deliberação 17/2006, para incluir cargo que especifica. CSDP 17/2006. Deliberado a aprovação da proposição do art. 78 da LC 988/06, com encaminhamento a Comissão de Reforma da LC 988/06. CSDP 12/2006. Deliberado pelo encaminhamento da proposta de regimento da escola da DP nos termos do voto do Relator. CSDP 20/2006. Retirado de pauta com pedido de vista da Conselheira Franciane. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 15 de setembro de 2006.